



PROCESSO Nº	: 19.767-0/2018
INTERESSADOS	: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MATO GROSSO - SEDEC PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
RESPONSÁVEIS	: VANICE MARQUES – SECRETÁRIA DE ESTADO DA SEDTUR À ÉPOCA FLÁVIO DALTRO FILHO – PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA LEOPOLDO RODRIGUES DE MENDONÇA – SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEDEC
PROCURADORES	: LUIZ MÁRIO DE BARROS FERNANDO PARMA TIMIDATI – OAB/MT 16.027 HERMES DA SILVA – OAB/MT 14.884 CEZAR VIANA LUCENA – OAB/MT 19.417
ASSUNTO	: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
RELATOR	: CONSELHEIRO GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO

RELATÓRIO

1. Trata-se de **Tomada de Contas Especial** instaurada pela **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso - SEDEC/MT** (documento digital nº 95618/2018), com a finalidade de apurar supostas irregularidades na prestação de contas referente ao **Termo de Convênio nº 014/2010/SEDTUR**, celebrado entre a então **Secretaria de Estado de Turismo – SEDTUR/MT** (atualmente **SEDEC/MT**) e a **Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães**, para a realização do projeto “Carnaval 2010 – Chapada dos Guimarães - Carnaval e Folia com Paz e Alegria”, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

2. Após a instrução dos autos, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 5.591/2021 (documento digital nº 256475/2021), subscrito pelo Procurador de Contas, Dr. Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória, referentes às irregularidades constatadas no Termo de Convênio nº 014/2010/SEDTUR.

3. É o relatório.





Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto

Telefones: (65) 3613-7513 / 7535

e-mail: gab.domingosneto@tce.mt.gov.br

Cuiabá, MT, 9 de março de 2022.

*(assinatura digital)*¹

Conselheiro **GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO**
Relator

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

